



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639966 - RS (2021/0012276-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : RODRIGO FUSSIEGER BRIAO E OUTROS
ADVOGADOS : LUCIANO MIRANDA DE FREITAS - RS094365
RODRIGO FUSSIEGER BRIÃO - RS095408
CHARLON PETER JANKE - RS107756
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : FERNANDA BRAATZ TERRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDA BRAATZ TERRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (recurso em sentido estrito n. 5003295-79.2020.8.21.0007).

A paciente foi presa em flagrante, em 26/9/2020, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo o juízo de primeiro grau concedido a liberdade provisória com imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

No julgamento de recurso em sentido estrito, o Tribunal de origem decretou a prisão preventiva da paciente.

Os impetrantes sustentam que a aplicação das medidas cautelares contidas no art. 319 do CPP é proporcional ao caso, mencionando que a paciente é primária e possui trabalho lícito.

Declara que a paciente encontra-se em situação de risco, diante da pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19), por ser portadora de asma brônquica.

Entende que a paciente pode ser beneficiada com a prisão domiciliar nos termos do art. 318 do CPP e da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a imposição de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência